

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

**NOTA: O QUE MUDA PARA OS GEÓGRAFOS BACHARÉIS COM A
RESOLUÇÃO Nº 1.010 DO CONFEA**

Leandro César Signori

Boletim Gaúcho de Geografia, 32: 147-150, dez., 2007.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37453/24204>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - dez., 2007

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

Nota: O QUE MUDA PARA OS GEÓGRAFOS BACHARÉIS COM A RESOLUÇÃO N° 1.010 DO CONFEA¹

Leandro César Signori²

Introdução

Este texto apresenta uma exposição sobre a Resolução 1.010/05 substituta da Resolução 218/73, que regulamenta as atribuições e exercício profissional, das profissões inseridas no Sistema Confea/Crea. O tema é relevante, pois a resolução irá nortear as atribuições dos geógrafos no âmbito do Sistema, e é bastante desconhecido por estes profissionais e pelos estudantes de geografia.

A Resolução n° 1.010

A resolução, em vigor a partir de 01 de julho de 2007, “Dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional”.

Possui três anexos:

Anexo I - Sistematização das atividades profissionais;

Anexo II - Sistematização dos campos de atuação profissional;

Anexo III - Regulamento para o cadastramento das instituições de ensino e de seus cursos e para a atribuição de títulos, atividades e competências profissionais.

Segundo Fonseca e Freitas (2006), a normativa “adota o princípio da flexibilização, que caracteriza as atuais diretrizes curriculares nacionais, no sentido de conceder título, atribuição e competência profissional”. A atribuição de competências e habilidades a cada profissional, quando do seu registro no sistema Confea/Crea, se dará conforme as disciplinas e atividades acadêmicas cursadas e o projeto pedagógico do curso concluído. É o que preceitua o art. 8º § 2º, ao se referir à forma de consignação das competências e habilidades derivadas das formações profissionais obtidas em cursos regulares.

§ 2º A atribuição inicial de título profissional, atividades e competências decorrerá, rigorosamente, da análise do perfil profissional do diplomado, de seu currículo integralizado e do projeto pedagógico do curso

¹ Esta nota originou-se dos debates e contribuições do autor ao processo de revisão da Resolução nº 1.010/05 do Confea, no segundo semestre de 2006. Enviada para publicação em 11.06.07.

² Diretor de Licenciamento Ambiental da Semmam de São Leopoldo leandrosignori@terra.com.br.

regular, em consonância com as respectivas diretrizes curriculares nacionais. (grifos meus).

O inciso II do art. 2° conceitua atribuição profissional:

II - atribuição profissional: ato específico de consignar direitos e responsabilidades para o exercício da profissão, em reconhecimento de competências e habilidades derivadas de formação profissional obtida em cursos regulares.

O quadro abaixo compara e demonstra as diferenças entre as Resoluções:

RESOLUÇÃO 218/73	RESOLUÇÃO 1.010/05
Visão segmentada do espectro profissional	Visão holística do espectro profissional
Tratamento igual para categorias distintas	Tratamento diferenciado para categorias distintas
Tratamento diferenciado para os níveis profissionais	Tratamento igualitário para os níveis profissionais
Estanqueidade das modalidades	Interpenetração das modalidades
Dificuldade para o tratamento das profissões inseridas no sistema por força de lei específica	Harmonia para o tratamento das profissões inseridas no sistema por força de lei específica
Falta de definição para as atividades profissionais	Definição coerente para as atividades profissionais
Incoerência para a atribuição de títulos profissionais	Coerência para a atribuição de títulos profissionais
Vinculação do título profissional ao título acadêmico	Independência entre título profissional e acadêmico
Limitação da extensão das atribuições profissionais	Abertura para a extensão das atribuições iniciais
Inadequação às diretrizes curriculares	Adequação às diretrizes curriculares
Necessidade de outras resoluções complementares	Abrangência para incorporação de novos campos

Quadro 1: Comparativo entre as Resoluções 218/73 e 1010/05.

Fonte: Comissão de Exercício Profissional (CEP) do Confea

A resolução instituiu o cadastramento das instituições de ensino e dos seus cursos no Sistema Confea/Crea. No cadastramento, deve ser informado o projeto pedagógico e a caracterização do perfil de formação padrão dos egressos de cada um dos cursos relacionados, com indicação das competências, habilidades e atitudes pretendidas. As informações constantes no cadastro, mais o currículo do aluno diplomado, serão a base exclusiva para a atribuição das competências e habilidades do profissional a ser registrado.

A nova resolução e os geógrafos

A partir da vigência da resolução, aos geógrafos diplomados aplicar-se-á um dos seguintes critérios:

I - ao que já estiver registrado no Sistema Confea/Crea permanecerão as atribuições profissionais consignadas pela Resolução nº 218/73 e

II - aos diplomados ainda não registrados no Sistema Confea/Crea, que forem buscar o seu registro, será concedida a atribuição inicial de título profissional, atividades e competências em conformidade com os critérios da Resolução nº 218/73.

Ao aluno matriculado em curso comprovadamente regular, anteriormente à entrada em vigor desta Resolução nº 1.010, é permitida a opção pelo registro em conformidade com a Resolução nº 218/73.

As atribuições profissionais dos geógrafos encontram-se no Anexo II da Resolução, na categoria Engenharia, no campo de atuação profissional Agrimensura e Geografia. As competências profissionais da Geografia estão subdivididas e detalhadas em três grandes áreas: geociências e meio ambiente, antropogeografia e geoeconomia. Já as competências profissionais da Agrimensura subdividem-se em quatro grandes áreas: topografia, geodésia, cartografia, sensoriamento remoto, agrimensura e construção civil.

Ao profissional geógrafo que registrar-se no CREA, poderá ser concedido total ou parcialmente as atribuições profissionais de topografia, cartografia, sensoriamento remoto e agrimensura, desde que o estudante de graduação tenha cursado e sido aprovado em cadeiras que disponibilizassem estes conteúdos. Para isto será analisado o currículo escolar efetivamente cursado e será feito um exame rigoroso da profundidade e da abrangência da capacitação obtida no curso, para então serem concedidas as atribuições de competência. O exame levará em conta os conteúdos formativos cursados formalmente, correspondentes ao perfil de formação do egresso objetivado pelo curso concluído. As disciplinas e atividades de caráter informativo ou meramente complementar, alheias ao perfil objetivado, em nenhum caso contribuirão para a concessão de atribuições profissionais.

Na versão anterior do Anexo II, os setores de topografia, cartografia e sensoriamento remoto estavam inseridos como tópicos do setor tecnologia da geografia, na modalidade Geografia, que deixou de existir com a atual redação da normativa. Assim, na submodalidade Agrimensura estão setores e tópicos dos cursos de Engenharia da Agrimensura, Engenharia Cartográfica e Bacharelado em Geografia. Fica demonstrado que um dos princípios utilizados, na elaboração do texto legal, foi a sistematização dos campos de atuação profissional e a superação da estanqueidade da atribuição de competências pelas modalidades ou grupos profissionais.

É tão forte e presente a concepção de que as atribuições profissionais devem ser definidas conforme o currículo escolar, que até a engenharia civil teve alteração expressa na tabela em que constam as atribuições da modalidade civil. Vejamos o que dizem Fonseca e Freitas (2006, p. 13.4):

A grande crítica que se faz a respeito das atribuições profissionais preconizadas no anexo II da resolução 1010, diz respeito à supressão de atribuições que historicamente são atribuições da modalidade civil e que continua fazendo parte da grade curricular nas escolas de engenharia, por serem inerentes à modalidade civil. O exemplo mais gritante diz respeito à atribuição “SANEAMENTO”, que reconhecemos ser um assunto multidisciplinar, e também deve ser atribuição de outras modalidades, mas não ser suprimido da modalidade civil que na verdade é a mãe de muitas novas modalidades”.

Considerações finais

A resolução reconhece a supremacia da Lei Federal nº 6.664/79, ao dispor no art. 11º § 2º que prevalecerá o disposto na legislação específica, para a atribuição inicial de títulos profissionais, atividades e competências para os profissionais diplomados em Geografia. No competitivo mercado de trabalho, as profissões se interpenetram nas suas atribuições. Embora estejam textualmente garantidas na normativa as atribuições profissionais dos geógrafos, a alteração da carga horária mínima dos cursos de graduação para 3600 horas é necessária, possibilitando a ampliação dos conteúdos a serem cursados, e novas diretrizes curriculares que estipulem os conteúdos básicos, os conteúdos profissionais essenciais e específicos.

Referências Bibliográficas

Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. **Resolução nº 218/73**

Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. **Resolução nº 1.010/05**

FONSECA, L.K.; FREITAS, C.B. **Uma reflexão sobre a resolução 1010**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO DE ENGENHARIA - XXXIV COBENGE, 2006, Passo Fundo. Anais do XXXIV COBENGE Passo Fundo: Editora da UPF, 2006. p. 13.1 - 13.5